



166  
155

Podor Judiciário  
Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Gabinete do Desembargador Adalberto de Oliveira Melo

5501

APELAÇÃO CÍVEL Nº 110017-0 - Recife/PE  
APELANTE: Marcílio Albuquerque Cunha  
APELADO: Banco ABN Anro Real S/A  
RELATOR: DES. ADALBERTO DE OLIVEIRA MELO  
SEGUNDA CÂMARA CÍVEL

**EMENTA:** COMERCIAL E PROCESSUAL CIVIL. BUSCA E APREENSÃO. ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA. CONTRATO. SALDO REMANESCENTE. COBRANÇA. POSSIBILIDADE. HONORÁRIOS. REDUÇÃO.

Efetuada a busca e apreensão de bem adquirido com cláusula de alienação fiduciária em garantia, e após efetuada a sua venda, eventual saldo devedor poderá ser cobrado através das vias próprias.

Revelando-se a demanda pouco complexa, os honorários advocatícios merecem sofrer redução para o patamar de 10% sobre o valor dado à causa.

**DECISÃO:** "POR UNANIMIDADE FOI DADO PROVIMENTO PARCIAL AO RECURSO NOS TERMOS DO VOTO DA TURMA".  
DATA DO JULGAMENTO: 21/12/2009.

### ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de Apelação Cível nº 110017-0 - Recife/PE, em que é apelante Marcílio Albuquerque Cunha e apelado Banco ABN AnroReal S/A, ACORDAM os Excelentíssimos Desembargadores integrantes da Segunda Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, por unanimidade, dar provimento parcial ao recurso de acordo com o voto da Turma.

Recife, 23 de dezembro de 2009.

*Adalberto de Oliveira Melo*  
Adalberto de Oliveira Melo  
Desembargador Relator.



*Poder Judiciário*  
*Tribunal de Justiça de Pernambuco*  
*Gabinete do Desembargador Adalberto de Oliveira Melo*

156  
+ T J P E +  
FLS.  
156  
cv  
+ ..... +

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0110017-4 -RECIFE  
APELANTE: MARCÍLIO ALBUQUERQUE CUNHA  
ADVOGADO: FERNANDO LOPES DA SILVA  
APELADA: ABN AMRO REAL S/A.  
RELATOR: DES. ADALBERTO DE OLIVEIRA MELO  
**SEGUNDA CÂMARA CÍVEL**

### **RELATÓRIO**

Trata-se de Apelação Cível interposta pelo **MARCÍLIO ALBUQUERQUE CUNHA**, em face da sentença do MM. Juiz *a quo* proferida nos autos da Ação de Busca e Apreensão ajuizada em razão de inadimplemento do contrato de financiamento para aquisição do veículo FIAT UNO MILLE EX, ano 1999, PLACA KLV 4969, com pacto de alienação fiduciária, firmado com o ABN AMRO REAL S/A.

O juiz monocrático julgou procedente a ação, declarando rescindido o contrato e consolidando nas mãos do autor o domínio e a posse plenos e exclusivos do bem, tornando a liminar de apreensão definitiva, facultando a venda do bem pelo autor, na forma do art. 3º § 5º, do Dec. Lei 911/69, condenando, ainda, o réu ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios fixados em 20% sobre o valor da causa.

Inconformado, o réu interpôs recurso de apelação, através das razões de fs. 85/90, alegando a litigância de má-fé do banco apelado, nos termos dos arts. 16 e 18, § 2º, do CPC. Insurge-se contra o valor da causa. Pleiteia a redução do saldo devedor, bem como da condenação dos honorários advocatícios arbitrados em 20% sobre o valor da causa.

A parte apelada apresentou contra-razões às fs.96/99, rebatendo as todas as alegações do apelante.

É o relatório.

Ao douto revisor.

Recife, 10 de novembro de 2009.

*Adalberto de Oliveira Melo*

Adalberto de Oliveira Melo  
Desembargador Relator



*Poder Judiciário*  
*Tribunal de Justiça do Pernambuco*  
*Gabinete do Desembargador Adalberto de Oliveira Melo*

165  
157

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0110017-0 -RECIFE  
APELANTE: MARCÍLIO ALBUQUERQUE CUNHA  
ADVOGADO: FERNANDO LOPES DA SILVA  
APELADA: ABN AMRO REAL S/A.  
RELATOR: DES. ADALBERTO DE OLIVEIRA MELO  
SEGUNDA CÂMARA CÍVEL

**VOTO**

A ação de busca e apreensão tem por objeto a inadimplência e o direito de o credor ser imitido na posse do bem dado em garantia fiduciária, nos termos do Dec. Lei 911/69 . É a hipótese dos autos.

A ação de busca e apreensão do veículo foi proposta em face da inadimplência do apelante que na oportunidade própria não purgou a mora.

Na contestação o réu-apelante não se restringiu a matéria de defesa, ou seja, não provou que já pagou o débito apontado, ou que havia cumprido com as obrigações contratuais, limitando-se a afirmar que o valor do saldo devedor é superior ao valor de mercado do veículo objeto da busca e apreensão; que o referido saldo inclui juros, taxas e outras obrigações de forma indevida, e ainda pede a condenação do banco autor no pagamento de danos morais e materiais.

Não procede, portanto, a irresignação do apelante. A discussão acerca do valor da causa, bem como quanto ao valor do saldo devedor, deve ser feita em ação apropriada e não em ação de busca e apreensão. Muito menos procede o pedido de condenação em danos morais e materiais.

No tocante aos honorários advocatícios, considerando a complexidade do feito, considero que os honorários devem ser reduzidos.

Isto posto, dou provimento, em parte, ao apelo, apenas para reduzir a verba honorária que fixo em 10% do valor dado à causa, mantendo a sentença quanto aos demais termos.

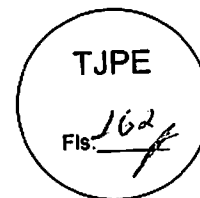
É o meu voto.

*Adalberto de Oliveira Melo*  
Adalberto de Oliveira Melo  
Desembargador Relator.

W/jma



Poder Judiciário  
Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Gabinete do Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes



158

2ª CÂMARA CÍVEL

APELAÇÃO CÍVEL 110017-0 da 30ª VARA CÍVEL DA COMARCA DO RECIFE

RELATOR: DES. ADALBERTO DE OLIVEIRA MELO  
REVISOR: DES. CÂNDIDO J F SARAIVA DE MORAES  
APELANTE: MARCÍLIO ALBUQUERQUE CUNHA  
APELADO: BANCO ABN AMRO REAL S/A

V O T O D E R E V I S Ã O

A sentença recorrida (fls. 78/81) julgou procedente a ação de busca e apreensão manejada pelo Banco apelado, sob o entendimento de que "provadas a inadimplência e mora do devedor, impõe-se a procedência do pedido". Asseverou que "se o suplicado pretende discutir a existência e alcance do saldo devedor, deverá fazê-lo em ação própria, e não nesta ação de busca e apreensão, na qual está se discutindo apenas a inadimplência e o direito do credor ser imitido na posse do bem alienado em garantia fiduciária".

Condenou, assim, o devedor nas custas e honorários advocatícios, estes fixados em 20% (vinte por cento) sobre o valor da causa.

Em seu arrazoado recursal (fls. 85/90), o Recorrente alega a impropriedade da restrição do direito de defesa do devedor constante no art. 3º, §2º, do Dec. Lei 911/69, suscitando litigância de má-fé do Recorrido ao emprestar valor excessivo à causa.



Poder Judiciário  
Tribunal de Justiça do Pernambuco  
Gabinete do Des. Cândido F. F. Saraiva do Moraes

TJPE

Fls. \_\_\_\_\_

159

Questiona o percentual atribuído a título de honorários advocatícios, que deveria ter sido calculado com base no saldo devedor e não sobre o valor emprestado à causa.

Desta forma, pugna pelo provimento do recurso para reformar o ato atacado, reduzindo-se o saldo devedor para o valor de mercado do bem. Requer, ainda, a dispensa dos honorários, ou, alternativamente, a sua redução, pugnando, ao final, pela condenação do Banco por litigância de má-fé.

Contrarrazões ofertadas às fls. 96/99, refutando os argumentos do apelo para manter a decisão objurgada.

Com efeito, entendo admitida a discussão do valor do débito em sede de busca e apreensão por meio de contestação, desde que evidentemente haja pedido expresso da parte interessada quanto à verificação de ilegalidades dos encargos cobrados no contrato de alienação fiduciária.

Amplia-se, assim, a matéria de defesa prevista no §2º do art. 3º do Dec. Lei 911/69. Os seguintes julgados bem representam a tese ora esposada, senão vejamos (grifos nossos):

.....

PROCESSUAL CIVIL. ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA. AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO. DA AÇÃO. CONTESTAÇÃO. LIMITES DA DEFESA. DL 911/67, ART. 3º, § 2º. PRECEDENTES.

I - Os precedentes da Corte são no sentido de admitir a discussão, em sede de contestação de ação de busca e apreensão, de encargos ilegais ou contrários ao contrato, ampliando a defesa prevista no art. 3º, § 2º, do Decreto-lei nº 911/69.

II - Agravo regimental desprovido.

(AgRg no Ag 546.825/GO, Rel. Min. Antônio de Pádua Ribeiro, 3ª Turma, DJ 22/11/2004 p. 334)



Poder Judiciário  
Tribunal de Justiça do Pernambuco  
Gabinete do Des. Cândido J. F. Araújo de Moraes

TJPE

Fls. 163

160

.....  
RECURSO ESPECIAL - AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO -  
RECONHECIMENTO DE CLÁUSULAS ABUSIVAS - POSSIBILIDADE -  
MORA - DESCARACTERIZAÇÃO - IMPOSSIBILIDADE - INEXISTÊNCIA  
DE ENCARGOS ABUSIVOS NO PERÍODO DA NORMALIDADE - COMISSÃO  
DE PERMANÊNCIA - ILEGALIDADE - INSUFICIÊNCIA, POR SI SÓ,  
PARA A DESCARACTERIZAÇÃO DA MORA - RECURSO ESPECIAL  
PROVIDO.

I - A discussão do valor do débito no bojo da ação de  
busca e apreensão, seja em sede de contestação, seja na  
ação de consignação em pagamento, é admitida, desde que  
haja pedido expresso da parte interessada quanto à  
verificação de ilegalidades dos encargos cobrados no  
contrato de alienação fiduciária;

(REsp 1036358/MG, Rel. Min. Massami Uyeda, 3ª Turma, DJe  
20/06/2008)

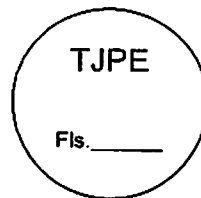
.....  
Malgrado a flexibilidade da jurisprudência na  
interpretação do dispositivo legal, o Apelante se limita a  
requerer a modificação do montante atribuído à causa para o  
valor de mercado do bem alienado, reduzindo reflexamente a  
verba honorária fixada na sentença.

O pleito é totalmente descabido, pois se sabe que o  
débito não está limitado ao valor do bem. Apura-se o quantum  
pelo importe financiado com os respectivos encargos da  
normalidade e da mora, resguardando o direito do credor cobrar  
o saldo porventura devido após a venda do bem alienado. Os §§  
4º e 5º do art 1º do Decreto-lei nº911/69, estabelecem, in  
verbis:

.....  
Art. 1º- omissis;



Poder Judiciário  
Tribunal de Justiça de Pernambuco  
*Gabinete do Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes*



961

§4º- No caso de inadimplemento da obrigação garantida, o proprietário fiduciário pode vender a coisa a terceiros e aplicar o preço da venda no pagamento do seu crédito e das despesas decorrentes da cobrança, entregando ao devedor o saldo apurado, se houver.

§5º- Se o preço da venda da coisa não bastar para pagar o crédito do proprietário e despesas na forma do parágrafo anterior, o devedor continuará pessoalmente obrigado a pagar o saldo devedor apurado.

.....

As regras transcritas, portanto, oportunizam ao credor a venda do bem para que se apure eventual valor a ser devolvido ao devedor, ou saldo remanescente a ser adimplido por este, não o limitando em nenhuma hipótese ao preço de mercado do bem.

Quanto ao importe dos honorários sucumbenciais, entendo assistir razão ao Apelante, pois o patamar fixado na sentença mostra-se elevado para a situação em análise.

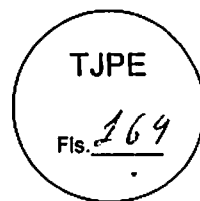
Destarte, em observância aos critérios previstos no art. 20, §3º, do CPC<sup>1</sup>, sobretudo levando em conta a complexidade da demanda e o pouco tempo exigido dos patronos do Apelado, reduzo a verba honorária para 10% (dez por cento) sobre o valor da causa [R\$14.077,86].

<sup>1</sup> § 3º - Os honorários serão fixados entre o mínimo de dez por cento (10%) e o máximo de vinte por cento (20%) sobre o valor da condenação, atendidos:

- a) o grau de zelo do profissional;
- b) o lugar de prestação do serviço;
- c) a natureza e importância da causa, o trabalho realizado pelo advogado e o tempo exigido para o seu serviço.



Poder Judiciário  
Tribunal de Justiça de Pernambuco  
*Gabinete do Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes*



Por outro lado, não vejo como a conduta de emprestar valor a maior à causa possa configurar litigância de má-fé. É conduta inidônea a alterar a verdade dos fatos, tal qual prevista no art. 17, II, do CPC.

Ademais, o Apelante não utilizou do expediente de impugnação ao valor da causa, restando preclusa a possibilidade de irresignação, a teor do art. 261, *caput* e par. único, do CPC<sup>2</sup>.

Isto posto, **DOU PROVIMENTO PARCIAL** ao recurso, apenas para reduzir os honorários advocatícios sucumbenciais para o patamar de 10% (dez por cento) sobre o importe atribuído ao feito.

É como voto.

Recife, 21.12.09

Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes

Revisor

<sup>2</sup> Art. 261. O réu poderá impugnar, no prazo da contestação, o valor atribuído à causa pelo autor. A impugnação será autuada em apenso, ouvindo-se o autor no prazo de 5 (cinco) dias. Em seguida o juiz, sem suspender o processo, servindo-se, quando necessário, do auxílio de perito, determinará, no prazo de 10 (dez) dias, o valor da causa.

Parágrafo único. Não havendo impugnação, presume-se accito o valor atribuído à causa na petição inicial.